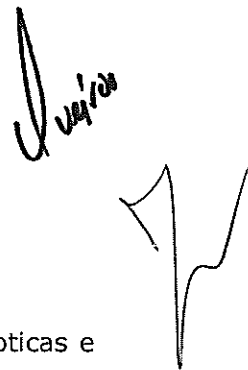


05/16



CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE TRÊS VIATURAS ELÉTRICAS

No dia onze, do mês de abril, do ano de Dois mil e dezasseis, nesta vila de Boticas e Edifício dos Paços do Concelho, compareceram como outorgantes:

PRIMEIRO:

MUNICIPIO DE BOTICAS, NIF 506 886 964, com sede em Praça do Município, 5460-304 Boticas, endereço electrónico *município@cm-boticas.pt*, telefone n.º 276410200 e fax n.º 276410209, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara, **Fernando Eirão Queiroga** cartão de cidadão n.º 08431148 7ZY3, válido até 21/04/2018.

SEGUNDO:

Renault Portugal, Lda. com sede em rua Dr. José Espirito Santo, lote 12 E, 1950-096 Lisboa, NIF e matrícula 500 970 602, da conservatória do Registo Comercial de Lisboa, neste ato legalmente representado por **José Miguel Vieira dos Santos Nunes de Oliveira**, cartão de cidadão n.º 07058078 2ZY0, Válido até 02/11/2020 qualidade e poderes verificada pela procuração emitida pelo administrador delegado da firma em 16 de março de 2015 no Cartório Notarial, perante o notário Pedro Alexandre Barreiros Nunes Rodrigues.

E pelo representante do primeiro outorgante foi dito que:

Cláusula 1.ª

Objecto do contrato

O presente contrato tem por objeto a Aquisição de Três Viaturas Elétricas, precedido de Ajuste Directo e adjudicado ao segundo outorgante por despacho do Presidente da Câmara de 28 de março de 2016, em conformidade com o Caderno de Encargos, devidamente aprovado por despacho do Presidente da Câmara de 10 de março de 2016, nos termos da proposta apresentada pelo segundo outorgante.

Cláusula 2.ª

Prazo de Execução

O fornecimento será executado no prazo de trinta (30) dias, a contar da data da assinatura do contrato.

Cláusula 3.ª

Preço contratual

Pelo fornecimento previsto na cláusula 1.ª, o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante o valor de Quarenta e nove mil, trinta e quatro euros e quarenta e cinco cêntimos (49.034,45 €), acrescido de IVA à taxa legal em vigor de 23%.

Cláusula 4.ª

Pagamentos

As quantias devidas pelo primeiro outorgante nos termos da cláusula anterior, são pagas no prazo máximo de 30 dias após a recepção pelo primeiro outorgante das respectivas facturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

Cláusula 5.ª

Caução

Não é exigível a prestação de caução de acordo com o nº 2 do artigo 88.º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro. No entanto e atendendo ao nº3 do mesmo diploma pode o Município de Boticas, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

Cláusula 6.ª

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Círculo, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 7.ª

Prevalência

- 1 – Consideram-se como condições a observar no serviço, as expressas no contrato, os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de Encargos, Caderno de Encargos e na proposta apresentada pelo segundo outorgante.
- 2 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

BOTICAS
CÂMARA MUNICIPAL
Cláusula 8.ª

Legislação Aplicável

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e demais legislação aplicável.

Cláusula 9.ª

Dotação Orçamental

A despesa inerente ao contrato será satisfeita pela seguinte dotação orçamental, 0102/07011002, Ação 09P009, conforme proposta de cabimento n.º 587, compromisso n.º 629 e requisição externa de despesa n.º 322.

Cláusula 10.ª

Disposições Finais

- 1 — Os pagamentos a efetuar ao abrigo do presente contrato serão efetivados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.
- 2 — O procedimento por ajuste direto — regime geral relativo ao presente contrato foi devidamente autorizado por despacho do Presidente da Câmara Municipal de 10 de março de 2016.
- 3 — Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato.

O segundo Outorgante apresentou ainda os seguintes documentos:

- 1 — Certidão (Consulta), emitida pelo Serviço de Finanças de Lisboa em 31 de março de 2016, comprovativa de a firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação tributária devidamente regularizada;
- 2 — Certidão (Consulta), emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social em 07 de abril 2016, comprovativa de a firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação contributiva devidamente regularizada;
- 3 — Certificado de Registo Criminal dos gerentes da firma;
- 4 — Declaração nos termos da alínea a), do nº1, do art.º 81º, do Código dos Contratos Públicos.

Os Outorgantes,

